



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ



Na rota da garantia dos direitos

Noventa dias de conciliação e sustentabilidade

Primeiro trimestre do Judiciário paraense foi marcado pela intensificação do processo de formação de novos mediadores e conciliadores, pela instituição do Plano de Logística Sustentável, além da instalação de varas, ampliação da rede de proteção às mulheres vítimas de violência, posse de novos magistrados e anúncio da expansão da rede do Projeto de Justiça Eletrônico.

**Novo Código Civil
exige a formação
de mediadores**

PÁGINAS 4 E 5

**TJPA empossa
juízes e
desembargadores**

PÁGINAS 7 E 8

**Logística
sustentável
orienta o Judiciário**

PÁGINA 9

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Presidente
Des. Constantino Augusto Guerreiro

Vice-presidente
Des. Ricardo Ferreira Nunes

Corregedora da Região Metropolitana de Belém
Desª. Diracy Nunes Alves

Corregedora do Interior
Desª. Maria do Céu Maciel Coutinho

Conselho de Magistratura
Des. Constantino Augusto Guerreiro
Des. Ricardo Ferreira Nunes
Desª. Diracy Nunes Alves
Desª. Maria do Céu Maciel Coutinho
Desª. Maria Edwiges de Miranda Lobato
Desª. Maria Filomena De Almeida Buarque
Desª. Elena Farag
Desª. Edinéa Oliveira Tavares

Desembargadores
Milton Augusto de Brito Nobre
Rômulo José Ferreira Nunes
Luzia Nadjá Guimarães Nascimento
Vania Valente do Couto Fortes Bitar Cunha
Raimundo Holanda Reis
Vânia Lúcia Carvalho da Silveira
Constantino Augusto Guerreiro
Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos
Ricardo Ferreira Nunes
Leonardo de Noronha Tavares
Marneide Trindade Pereira Merabet
Célia Regina de Lima Pinheiro
Maria de Nazaré Saavedra Guimarães
Leonam Gondim da Cruz Júnior
Diracy Nunes Alves
Ronaldo Marques Valle
Gleide Pereira de Moura
José Maria Teixeira do Rosário
Helena Percila de Azevedo Dornelles
Maria do Céu Maciel Coutinho
Maria Edwiges de Miranda Lobato
Roberto Gonçalves de Moura
Vera Araújo de Souza
Maria Filomena de Almeida Buarque
Elena Farag
Odete da Silva Carvalho
Edinéa Oliveira Tavares

ÍNDICE

PACIFICAÇÃO
Formação de mediadores é prioridade no Judiciário 4

NOVO CPC
Conciliação fundamenta o processo civil 7

TRIBUNAL PLENO
TJPA empossa cinco novos desembargadores 8

AGENDA SOCIOAMBIENTAL
Plano de Logística Sustentável reorienta gestão do Judiciário 11

NOVA VARA
Castanhal ganha um novo Juizado Especial 13

IMPROBIDADE E AÇÕES COLETIVAS
Grupos de trabalho reforçam ações contra corrupção 16

PATRULHA MARIA DA PENHA
Aplicativo de celular reforça a rede de proteção às mulheres ... 17

NO MANGUEIRÃO
Projeto garante pacificação a eventos esportivos 20

QUALIFICAÇÃO
Parceria viabiliza formação profissional 23

VARAS CÍVEIS
Treinamento precederá a implantação do PJe 24

DOCUMENTOS
Acervo do TJPA mantém viva parte da história da região 26



FOTO DE CAPA: RICARDO LIMA

EXPEDIENTE

Coordenação e supervisão editorial
Departamento de Comunicação
Linomar Bahia, diretor

Coordenadoria de Imprensa
João Vital, coordenador

Edição e texto final
Edir Gaya

Edição de arte
Airton Nascimento

Revisão
Laís Zumero

APRESENTAÇÃO



gilidade, transparência e comunicação são deveres da boa gestão pública. A sociedade brasileira, em processo de amadurecimento social e político, demanda das instituições públicas atitudes e posturas em prol da cidadania e do bem-estar geral.

Ao Poder Judiciário, repositório das esperanças da população, que a ele acorre em busca da garantia de seus direitos, essa imposição se afigura ainda mais imperiosa. Não é por outra razão que o Conselho Nacional de Justiça, em sua função de coordenador da Justiça Nacional, editou atos normativos, como a Resolução 215/2015, que dispõe sobre a imprescindível publicidade dos atos das Cortes.

Refém da honrosa responsabilidade a mim confiada por meus pares, de dirigir os destinos da justiça do Pará no biênio 2015-2017, venho, de forma ampla e permanente, prestando contas à população paraense e a quem se interessar, dos atos de gestão praticados à frente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, todos sempre voltados a imprimir mais celeridade e qualidade aos serviços jurisdicionais prestados à sociedade.

Assim é que, ao longo do ano de 2015, divulgamos uma



publicação semestral, à qual foram acoplados os eventos do segundo semestre, em documento que constituiu o Relatório do Exercício, incluindo a administração orçamentário-financeira do período.

Agora, abreviamos o período de divulgação e estamos oferecendo ao conhecimento e à avaliação da sociedade, as atividades desenvolvidas no primeiro trimestre de 2016. São tempos difíceis, porém administrados com o tempero do compromisso e da vontade de servir, o que vem nos permitindo avançar.

O presente relatório, cujas informações são apresentadas em linguagem jornalística, o que facilita a compreensão dos temas da administração jurisdicional, é exclusivamente publicado em mídia digital, dando continuidade à associação da modernidade da comunicação com a economicidade, marcas cada vez mais presentes na gestão pública, pela redução de recursos e priorização do essencial. Este relatório será complementado com edições subsequentes que, ao final, darão conta de todo o biênio a cargo desta gestão.

Boa leitura a todos.

Constantino Augusto Guerreiro

Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará



PACIFICAÇÃO

Formação de mediadores é prioridade no Judiciário

Objetivo é evitar que as demandas se transformem em ações judiciais



Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus) do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), que funciona na Faculdade da Amazônia (Famaz), abriu no início deste ano o processo de formação de mediadores com o primeiro curso com 100 horas de duração, conforme prevê a Resolução 125 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que criou a Política Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses no Judiciário, para reduzir o número de processos em tramitação, solucionar

conflitos por meio do diálogo e evitar os processos judiciais.

Em 2015, o Tribunal de Justiça do Pará fez 2,9 mil acordos em 3.750 audiências nos seis Cejusc em funcionamento no Estado, três em Belém e três no interior, nos municípios de Parauapebas, Paragominas e Santarém. Há 28 conciliadores certificados e 180 mediadores em estágio supervisionado e o advento do novo Código de Processo Civil exige a continuidade na formação de novos mediadores.

Entrevistas selecionaram 16 pesso-

as, entre acadêmicos, servidores do Judiciário e operadores do Direito, para participar do curso promovido pelo Cejusc Famaz. O curso abordou técnicas de negociação, como mediação, conciliação e arbitragem.

Foram 60 horas de aulas teóricas sobre técnicas mistas de negociação, com simulação em sala de aula e questões relacionadas à ética e à atitude do mediador nas audiências. Os formandos cumpriram 40 horas de prática como voluntários no Cejusc/Famaz.

NEGOCIAÇÃO

A mediação e a conciliação são métodos de negociação para diminuir o tempo de espera dos jurisdicionados ao atendimento de demandas judiciais.

Os Cejusc são instâncias criadas pelo CNJ para ajudar a resolver conflitos de maneira mais célere e desafogar o Judiciário.

As ações dos Cejusc são coordenadas pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec).

DIVULGAÇÃO

Parauapebas forma novos conciliadores

Mais 24 conciliadores judiciais foram capacitados para atuar em Parauapebas, no sudeste do Pará, durante o 2º Curso de Formação de Mediadores na Comarca, cujo objetivo é aprimorar e difundir a política de resolução de conflitos por meio do acordo e aumentar o número de mediadores na região.

O curso com carga horária de 40 horas, abordou os princípios formadores, teoria, prática e um panorama da mediação judicial. Os alunos cumpriram 60 horas de aulas práticas. Os 13 alunos que concluíram o 1º Curso de Formação de Mediadores, em janeiro, na Comar-

ca de Parauapebas, receberam os certificados em fevereiro.

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) certificou também mais 14 novos conciliadores e mediadores judiciais em março. Ao todo, 35 alunos concluíram o Curso de Formação de Mediadores em 2015. Outros 160 alunos estão em formação.

Segundo resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para ser mediador é obrigatório o curso de formação. O perfil exige candidatos que saibam ouvir, sejam pacientes e tenham facili-

dade de comunicação. O curso trabalha técnicas de solução de conflitos para ajudar as partes com imparcialidade.

Os mediadores assinam termo de compromisso para atuar 16 horas por mês, durante um ano, como voluntários nos Cejuscs e nos Juizados Especiais.

O curso aborda princípios e um panorama geral da mediação judicial. A carga horária é de 40h para a parte teórica e 60h para a prática. Esta última ocorre nas Varas, nos Cejuscs e em mutirões. O Nupemec é a unidade articuladora de todos os Cejuscs.

DIVULGAÇÃO

Mudança - Novo Código de Processo Civil coloca a mediação e o diálogo no cerne da resolução dos conflitos

Certificação - Nupemec leva aos municípios que dispõem de Cejusc cursos para formar mediadores



Ação concentrada reduz o acervo de processos

O Cejusc da Famaz promoveu uma grande ação de conciliação com o Banco do Brasil, em março, envolvendo 117 processos que tramitam pelas Varas Cíveis de Belém e Varas dos Juizados Especiais.

As audiências foram pré-agendadas e as partes comunicadas por meio de carta-convite. As ações con-

centradas visam à redução do acervo de processos nas unidades judiciais, com economia de tempo e de recursos. Na última ação realizada pelo Cejusc Famaz com o Banco do Brasil, em novembro do ano passado, o índice de acordos foi de 69%.

O Cejusc Famaz também faz atendi-

mentos gratuitos de segunda a quinta-feira, das 8h30 às 17h, de cunho pré-processual, com mediação em matérias cível, de família, previdenciária e de competência dos Juizados Especiais. O Cejusc Famaz funciona na Travessa Quintino Bocaiúva, 143, entre a Rua Municipalidade e a Avenida Marechal Hermes.

As ações dos Cejuscs são coordenadas pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

Jornada fez 395 das 400 audiências agendadas em cinco varas de juizados

A II Jornada de Conciliação, entre 4 e 8 de abril, realizou 395 audiências – das 400 programadas no Fórum Cível de Belém, movimentando um total de R\$ 193 mil em acordos firmados no âmbito das 3ª, 5ª, 8ª e 10ª Varas de Jui-

zados Especiais Cíveis de Belém, além da 2ª Vara de Juizado Especial do Idoso de Belém. A cada dia de atividade uma unidade judiciária foi atendida, com média de 79 processos conciliados em cada uma delas. As intima-

ções foram enviadas às partes para o comparecimento no dia designado. A Jornada antecipou as audiências, resolveu demandas por meio da conciliação e reduziu as pautas das Varas, cumprindo dessa forma as metas do

Conselho Nacional de Justiça no que diz respeito à celeridade processual e à cultura da conciliação. A II Jornada de Conciliação foi promovida pela Coordenadoria dos Juizados Especiais, em parceria com o Nupemec do TJPA.

TJPA terá Semana Estadual de Conciliação em junho

O presidente do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), Desembargador Constantino Guerreiro, nomeou em 1º de fevereiro a comissão que coordenará a Semana Estadual de Conciliação 2016, prevista para o período de 6 a 10 de junho, das 8 às 17 horas, no âmbito do Poder Judiciário do Pará.

O Desembargador Constantino Augusto Guerreiro fará a coordenação geral, com o auxílio da juíza da 1ª

Vara de Execução Fiscal da Capital, Kédima Pacífico Lyra, coordenadora; e da juíza auxiliar da presidência, Ana Angélica Abdulmassih Olegário, vice-coordenadora.

A comissão terá o apoio das secretarias de Administração, Gestão de Pessoas, Planejamento, Coordenação e Finanças e Informática.

A finalidade é atender aos objetivos estratégicos do Poder Judiciário, confi-

gurados na Resolução nº 70/CNJ, de 18 de março de 2009: eficiência operacional, acesso ao sistema de Justiça e responsabilidade social.

A conciliação é o fundamento da política nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário, que visa à solução de litígios pela via da pacificação social e do diálogo, além de assegurar maior rapidez na solução

da lide, com resultados sociais expressivos e reflexos significativos na redução da quantidade de processos judiciais.

A Meta 3 do CNJ para este ano determina que a justiça estadual aumente o número de casos resolvidos por conciliação em relação ao ano anterior e aumente também o número de Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs).

RICARDO LIMA

Conciliação - Pacificação social e diálogo asseguram rapidez à solução das demandas judiciais



NOVO CPC

Conciliação fundamenta o processo civil

Novo código torna obrigatória a tentativa de composição do litígio entre as partes



busca da racionalidade e a composição dos litígios por meio da conciliação, que pode ser, inclusive, pré-processual, são as principais mudanças incorporadas ao novo Código de Processo Civil, que passou a vigorar em 16 de março. “É o fim da beligerância; a própria advocacia tem que mudar o seu ponto de vista sobre como vai agir, porque o princípio é colaboração e cooperação no sistema da Justiça para buscar a solução mais rápida aos litigantes, uma cultura de pacificação em que todos têm o dever de estar atentos para buscar sempre a conciliação”, observa o desembargador Luiz Neto, ao explicar que todos os processos civis em tramitação, a quando da entrada em vigor do novo CPC, serão regidos por ele, respeitando-se os atos processuais realizados ou com direitos adquiridos sob a égide do antigo Código de Processo Civil.

Quanto à expectativa de que o novo CPC assegure mais celeridade à aplicação da Justiça, o desembargador Luiz Neto pondera que essa questão é controversa, porque há ampliação de prazos para as manifestações das partes e os prazos serão contados somente em dias úteis. “É prematuro achar que o novo Código dará mais celeridade ao processo. O que se pode dizer é que, de uma maneira geral, ele cria instrumentos, como o instituto da mediação e da conciliação, que pode fazer com que os processos tenham um final mais rápido em relação ao Código anterior”, afirma.

Para o desembargador, o fato de o processo civil se iniciar necessariamente com um procedimento de mediação e de conciliação capitaneado pelos órgãos do Tribunal de Justiça do Estado é de fundamental importância, porque o Poder Judiciário agora terá a oportunidade de enfrentar a judicialização exacerbada de tudo o que acontece na vida cotidiana dos cidadãos, que aumentou a partir da Constituição de 1988.

ADAPTAÇÃO

Segundo ele, o TJPA está preparado para essa nova mudança, pois dispõe do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais e Solução de Conflitos (Nupemec), que tem formado mediadores e conciliadores para atender essa dimensão, que, segundo ele, é uma norma psicológica do novo Código de Processo Civil. “Todo processo começa com uma tentativa de conciliação. Não vai se esperar a parte contestar para depois tentar conciliar. A parte que será ré no processo será chamada para tentar uma conciliação em um prazo não superior a 60 dias. O TJPA se preparou para isso. Nós temos o nosso núcleo (Nupemec), comandado pela desembargadora Dahil Paraense, e fazemos a formação de mediadores e conciliadores. Isso é uma regra que o próprio Conselho Nacional de Justiça (CNJ) já vinha impondo aos tribunais antes da vigência do novo Código de Processo Civil”, observa.

O desembargador Luiz Neto critica,

porém, o que considera um “retrocesso” do novo Código de Processo Civil no sistema recursal. “O Código de Processo Civil é uma norma que busca dar efetividade a direitos materiais, ele não pode ser objeto de experimentalismos científicos”, diz ele, referindo-se a institutos que trazem dúvidas quanto à sua aplicação, à sua pertinência no dia a dia da advocacia. “Eu vou falar do sistema recursal. No Código de 1939, nós tínhamos um sistema recursal absolutamente fora de sistematização. No Código de 1973 ficou bem claro que à decisão interlocutória cabe agravo, que à sentença cabe apelação. Esse novo Código, de 2015, confundiu tudo isso, fazendo a gente voltar ao sistema de 1939, que nós já tínhamos considerado um sistema absolutamente fora de propósito do ponto de vista processual. Então, houve um retrocesso nesse aspecto processual, no que diz respeito ao sistema de recursos. Isso vai gerar problemas”, avalia.

Para elucidar a aplicabilidade do novo Código de Processo Civil, o Pleno do TJPA aprovou uma série de enunciados e trabalha na elaboração do novo regimento interno para se adaptar às novas normas e prazos. “São orientações que a Corte está dando para o seu corpo judicial, para os seus magistrados, de como deve ser feita a aplicação do novo Código de Processo Civil. Esses nossos enunciados, inclusive, têm base em enunciados já proferidos pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ)”, informa o desembargador.



Desembargador Luiz Neto - “O novo Código cria instrumentos que podem fazer o processo terminar mais rápido”

O princípio é colaboração e cooperação no sistema da Justiça para buscar a solução mais rápida aos litigantes



RICARDO LIMA

TRIBUNAL PLENO

TJPA empossa cinco novos desembargadores

Pleno passa a contar com a integralidade de seu quorum, com 30 magistrados



Cinco novos desembargadores tomaram posse no Tribunal de Justiça do Pará em fevereiro deste ano. Os magistrados Mairton Marques Carneiro, Ezilda Pastana Mutran, Maria Elvina Gemaque Taveira, Rosileide Maria da Costa Cunha e Nadja Nara Cobra Meda foram lotados nas turmas isoladas, Câmaras Cí-

veis e Criminais Reunidas.

As desembargadoras Ezilda Pastana Mutran e Rosileide Maria da Costa Cunha integram a 2ª Câmara Cível Isolada. A desembargadora Maria Elvina Gemaque Taveira foi lotada na 4ª Câmara Cível e a desembargadora Nadja Nara Cobra Meda está na 3ª Câmara Cível Isolada. Todas as desem-

bargadoras também comporão as Câmaras Cíveis Reunidas.

O desembargador Mairton Marques Carneiro é membro da 3ª Câmara Criminal Isolada e das Câmaras Criminais Reunidas. Com a posse dos cinco magistrados, o Pleno passou a contar com sua integralidade de membros - 30 desembargadores.

Posse - Pleno do TJPA se integraliza com 30 magistrados com a posse de cinco desembargadores

Magistrados - O desembargador Constantino posa com os novos juízes empossados pelo Judiciário

Novos juízes se somam aos 311 magistrados (30 dos quais Desembargadores) que já atuam na Justiça estadual.

Juízes fazem cursos antes de assumir comarcas

O Judiciário paraense empossou, em março, 34 novos juízes substitutos, aprovados no concurso público homologado em agosto de 2015. Dos cerca de 2,9 mil candidatos inscritos, 94 foram aprovados. Dos 33 juízes empossados, 17 são de outros Estados brasileiros.

O concurso tem validade de dois anos, prorrogáveis por mais dois. Os novos juízes se somam aos 311 magistrados (30 dos quais desembargadores) que já atuam na Justiça estadual.

Um curso de ambientação, de 1º a

30 de março, na Escola Superior de Magistratura, familiarizou os novos magistrados com a estrutura e organização do Poder Judiciário do Pará, e com as ações estratégicas e planejamento do TJPA.

A linha pedagógica do curso dá ao magistrado uma visão da Justiça em âmbito nacional, com algumas matérias obrigatórias e outras direcionadas à realidade do Pará.

A aula magna foi proferida pela ministra Laurita Hilário Vaz, vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça

(STJ). Os novos juízes também receberam informações das Corregedorias da Capital e do Interior; da Coordenadoria dos Juizados Especiais; Núcleo Socioambiental; Coordenadoria dos Juizados Especiais, Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar; e das Secretarias de Planejamento, Informática, Controle Interno, Engenharia.

Em seguida há também o Curso de Formação Inicial de Juiz Substituto, com carga horária mínima de 240 h/a,

também sob a responsabilidade da Escola Superior da Magistratura (ESM), na forma da Resolução nº 126/11, do Conselho Nacional de Justiça, e da Resolução nº 03/2013, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.

Somente após os dois cursos e um estágio supervisionado nas varas, os juízes serão designados para exercer suas atividades em qualquer Comarca do Pará, conforme necessidade e interesse do Judiciário.

RICARDO LIMA



Belém, janeiro a março de 2016

Concurso preencherá 271 vagas em cartórios

Foi aplicada em 24 de janeiro a prova objetiva do concurso público para serviços notariais e registrais do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), organizado pelo Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul (IESSES) para preencher 271 vagas de serventias extrajudiciais em vários municípios do Estado, 181 das quais por provimento e 90 por remoção.

Participaram da prova 1.524 candidatos, que responderam a 100 questões de caráter eliminatório e foram avaliados em uma escala de 0 a 10. Os que obtiveram nota inferior a 5 ou faltaram, não foram convocados à prova escrita e prática. As últimas avaliações serão oral e de títulos, a partir de agosto.

O concurso reservou 14 vagas para pessoas com deficiências, nove das quais entre as previstas por provimento e cinco para remoção. Os aprovados não serão aproveitados em vagas que surgirem após a publicação do edital do concurso.

As vagas com ingresso por remoção são destinadas aos titulares de



Concurso - Mais de 1,5 mil candidatos se submeteram à prova para 271 vagas de serventias judiciais em vários municípios do Pará

serventias extrajudiciais do Pará, independentemente de entrância, que já tenham a delegação por mais de dois anos, contados da data do efetivo exercício na atividade até a data

da primeira publicação do edital que rege o concurso no Diário Oficial de Justiça.

As vagas com ingresso por provimento concorrem os que concluíram

curso de graduação em Direito até a data da outorga, ou tenham exercido por 10 anos completos, até a data da publicação do edital, função em serviço notarial ou de registro.

Concurso abre vagas de estágio em 114 comarcas no Estado

O Tribunal de Justiça do Pará abriu, em março, seleção para cadastro de reserva a vagas de estágio para estudantes do ensino médio e superior, no Poder Judiciário, na capital e no interior.

As vagas são para diversos cursos, distribuídas por 114 comarcas e três termos judiciários. O certame está sob a responsabilidade do Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), coordenado no âmbito do TJPA pelo juiz auxiliar a presidência, Lúcio Barreto

Guerreiro.

O objetivo é complementar o ensino e aprendizagem para estudantes dos níveis médio e superior.

Candidatos de nível médio devem estar cursando, no mínimo, o 2º ano; e, os de nível superior, o quinto semestre, sem dependências de matérias da grade curricular. Os estudantes dos cursos superiores de formação de tecnólogos deverão comprovar a conclusão de pelo menos 50% do curso.

As instituições de ensino de níveis médio e superior, às quais os estudantes estão vinculados, devem ser oficialmente reconhecidas pelo Ministério da Educação.

É preciso, também, ter no mínimo 16 anos, ser brasileiro ou estrangeiro, observado o prazo do visto temporário de estudante, na forma da legislação aplicável, e não prestar estágio nas entidades da administração pública direta ou indireta de qualquer dos po-

deres da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos municípios.

O candidato deverá ter disponibilidade para estagiar por no mínimo seis meses, estar matriculado e frequentando efetivamente o curso, ter disponibilidade para estagiar em regime de quatro horas diárias e vinte horas semanais, no período matutino ou vespertino, conforme os limites previstos na Lei nº 11.788/08 e de acordo com a conveniência e oportunidade da administração.

AGENDA SOCIOAMBIENTAL

Plano de Logística Sustentável reorienta gestão do Judiciário

Monitoramento aperfeiçoará gastos, consumo e destinação final de resíduos



Judiciário do Pará já dispõe de um Plano de Logística Sustentável (PLS), cujo papel é aperfeiçoar a gestão dos gastos e consumo e subsidiar, anualmente, o Balanço Socioambiental, as ações, projetos e gastos da instituição, de acordo com a agenda socioambiental do TJPA, instituída em 2009. Convênios com instituições para coleta seletiva e destinação de material reciclável, sensibilização e capacitação ambiental são algumas das ações já em andamento.

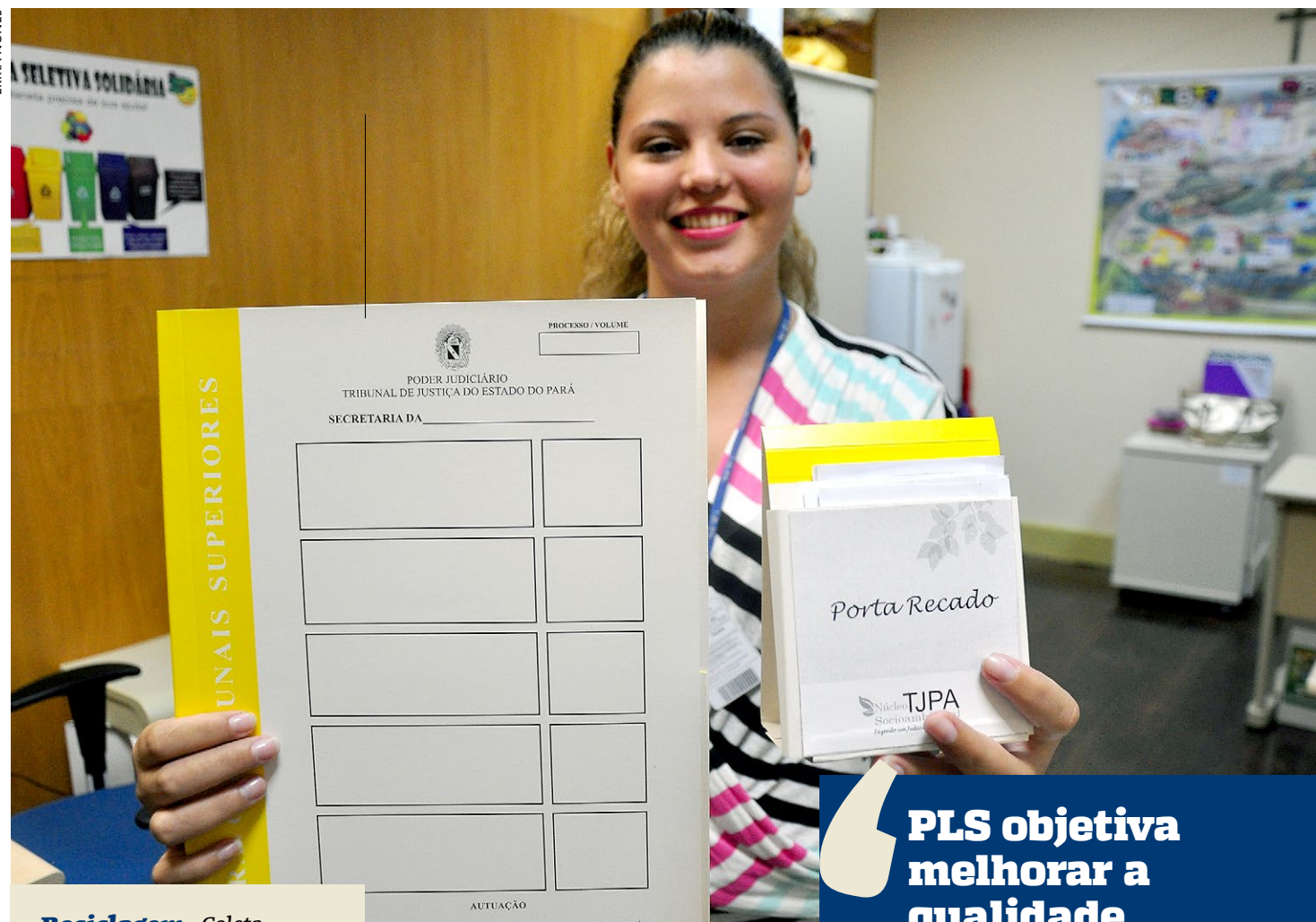
O PLS é uma determinação do Conselho Nacional de Justiça, cuja resolução nº 201/2015 recomenda modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na sustentabilidade ambiental, econômica e social.

A resolução fixa 61 indicadores mínimos e 82 variáveis para avaliar o desempenho ambiental e econômico do PLS, que tem objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas e prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados.

O objetivo é acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade para melhorar a eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho.

A elaboração do PLS teve apoio técnico do Núcleo Socioambiental do TJPA, instituído pela Portaria 2451/2015, cujo trabalho tem caráter permanente para o planejamento, implementação e monitoramento de

ÉRIKA NUNES



Reciclagem - Coleta seletiva e destinação do material reciclável são ações de sustentabilidade

metas anuais de avaliação de indicadores de desempenho.

O Núcleo Socioambiental foi criado para estimular mudanças dos padrões de compra, consumo e gestão documental dos órgãos do Judiciário, bem como do corpo funcional e da força de trabalho auxiliar do Judiciário.

PLS objetiva melhorar a qualidade do gasto público e a eficiência da gestão dos processos de trabalho.

Cooperação técnica reforça coleta seletiva

Todo o material reciclável coletado e separado por servidores do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) e do Ministério Público do Trabalho da 8ª Região (MPT8) já é recolhido pela Prefeitura de Belém, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos que vem sendo aplicada no bairro de Nazaré, centro de Belém. Um termo de cooperação técnica foi assinado por representantes das três instituições.

A Prefeitura de Belém, por meio das Secretarias de Saneamento (Sesan) e de Meio Ambiente (Semma), dará destino e será responsável pelo controle ambiental desse processo.

A coleta seletiva já é feita no edifício-sede do Tribunal, no Fórum Cível, nos prédios anexos ao Fórum Cível, no Fórum Criminal, no Serviço Médico, no Juizado Criminal do Meio Ambiente e na Escola Superior da Magistratura. A meta é incluir, até o final do ano, as 33 unidades do TJPA, em Belém.

A cooperação técnica com a Prefeitura fortalece o compromisso com o meio ambiente e a economicidade. O TJPA aderiu ao edital da Prefeitura no cadastro das cooperativas e associações interessadas em obter materiais recicláveis e a cooperativa que ganhou o último edital da Prefeitura – Filhos do Sol – é a mesma que já atende aos egressos do projeto Começar de Novo, do TJPA.

O TJPA instituiu sua agenda socioambiental em 2009 e colocou em funcionamento, no final do ano passado, novos depósitos de resíduos no Almoarifado da Cidade Velha e no Edifício-sede do TJPA.

Com o objetivo de receber os resíduos produzidos no ambiente de trabalho, e já equipados com balanças para gerenciamento dos dados, conforme determina a Resolução nº 201/2015, do Conselho Nacional de Justiça, os depósitos são divididos por baias que separam papel, papelão, plástico, metal, vidro, lâmpadas, suprimentos de impressão e resíduos de informática, como cabos, fitas, mídias, dentre outros.



Solidariedade - Mães e bebês da Santa Casa recebem os presentes feitos com material reciclado

Meias e cobertores aquecem bebês e idosos

Crianças e recém-nascidos da Santa Casa de Misericórdia do Pará receberam 88 pares de meias novas, produzidas a partir de meias usadas e recicladas por uma empresa parceira do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA). O material foi arrecadado por servidores e magistrados, durante a campanha “Meias do Bem”, no final de 2015.

A campanha coletou 1.370 pares de meias para a produção de cobertores e novas meias. As peças foram arrecadadas no TJPA, no Tribunal de Contas do Estado (TCE) e em escolas, igrejas, academias e condomínios que aderiram ao Natal Solidário do Judiciário do Pará.

Após fabricar os 118 cobertores a partir das meias doadas, a empresa de

vestuário infantil doou meias infantis novas às mães que darão à luz na Santa Casa de Belém. Os cobertores foram doados ao abrigo São Vicente de Paulo, na Pedreira.

A campanha mobilizou mais de 3 mil pessoas, entre magistrados e servidores do Judiciário paraense. A divulgação foi feita por e-mail corporativo, intranet e Web Rádio Jus.

As novas medidas asseguram a melhor separação dos resíduos, dentre eles os que oferecem risco químico, como lâmpadas e pilhas, dos que são recicláveis. Há também espaço para resíduos recicláveis domésticos, atendendo aos servidores que fazem a coleta seletiva em suas casas. No TJPA, os dados do material separado por tipo são fornecidos ao CNJ, que apresenta-

rá, todos os anos, o balanço socioambiental do Judiciário.

A partir de março deste ano, todos os cursos promovidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), incluindo os da Escola Superior da Magistratura, oferecem material didático 100% reciclado.

O Núcleo Socioambiental do TJPA utilizará capas e papéis de processos

descartados para produzir blocos de notas, porta clipes e porta recados.

O curso “Coaching no Serviço Público”, realizado pela ESM em março, para servidores e magistrados, foi o primeiro a implantar a iniciativa, que representa economia na compra de novos materiais de expediente e reafirma a relevância da coleta seletiva feita no âmbito do Judiciário.

Reciclagem ajuda jovens na Fasepa

O Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) doou ao programa Ação Social Terra Viva, da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (Fasepa), que envolve 27 adolescentes, 54 pneus que seriam descartados e, após processo de reciclagem, se transformarão em objetos decorativos, móveis e outros utensílios. Os jovens do projeto cumprem medidas socioeducativas. Os objetos são colocados à venda em feiras da Fasepa e 20% do valor arrecadado é entregue às famílias dos adolescentes.

A doação reitera o compromisso do Judiciário no exercício da cidadania e de preservação ao meio ambiente a partir de ações de sustentabilidade.

O projeto "Ação Socioambiental Terra Viva" trabalha com adolescentes e jovens que cumprem medidas socioeducativas de internação ou semiliberdade na Fasepa. O objetivo é assegurar a eles educação profissional e cidadania, por meio de atividades como horta, jardinagem e reaproveitamento de pneus e paletes.

Servidores fazem doação ao Emaús

Servidores da Coordenadoria de Triagem de Recursos Extraordinários e Especiais do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) doaram ao Movimento República do Emaús 600 canecas para a cozinha da instituição. A ação solidária foi organizada pelos próprios servidores em meio às comemorações da Páscoa.

O Movimento República do Emaús luta pela defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente em situação de risco pessoal e social na região amazônica. A associação sem fins lucrativos foi fundada em 1970, em Belém. Atualmente, cerca de 400 crianças e 200 adolescentes são atendidos pelo movimento.

ÉRIKA NUNES



Castanhal - O Vice-Presidente do TJPA, desembargador Ricardo Nunes, instalou a nova vara

NOVA VARA

Castanhal ganha um novo Juizado Especial

Vara Cível e Criminal integra o cronograma de expansão do Judiciário paraense



Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) instalou em janeiro a Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Castanhal, que concentrará demandas cíveis e criminais na Comarca, com base nos critérios da Lei nº 9.099/95, dos Juizados Especiais.

A Resolução nº 16, do TJPA, de 2 de dezembro de 2015, transformou o Juizado Especial Cível Adjunto e o Juizado Especial Criminal Adjunto em Vara de Juizado Especial Cível e Criminal, com juiz e servidores exclusivos.

Os feitos em tramitação nas unidades adjuntas foram redistribuídos à nova Vara, que também receberá novos casos. Criada pela Lei Estadual nº 7.767/2013, a Vara integra a expansão da estrutura judiciária, vinculada ao macrodesafio Celeridade e Produtividade na prestação jurisdicional, do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, no biênio 2015/2017.

A unidade tem 300 processos

físicos na área cível, mil processos físicos criminais e 4 mil virtuais. De acordo com a Coordenadoria de Estatística do TJPA, o acervo processual dos Juizados Especiais Cível e Criminal de Castanhal, em 2015, foi de 6.232, um crescimento de 13% em relação a 2014, quando o acervo tinha 5.505 processos. Se comparado o acervo no ano passado com 2012, o crescimento foi de 47%. A participação dos Juizados Especiais no acervo processual da Comarca é de 22%.

Em relação aos processos distribuídos, 1.580 foram direcionados aos Juizados Especiais em 2015, o equivalente a 18%. Em 2014, foram 1.355 processos distribuídos, ou 17% do total. A Comarca de Castanhal integra a 3ª Região Judiciária do TJPA.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que a população estimada do município em 2015 era de 189.784 habitantes.

Participação dos juizados especiais no acervo processual da comarca de Castanhal é de 22%.

Vara de Penas Alternativas seleciona projetos

A Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas (VEPMA) iniciou, a partir de fevereiro, a seleção e cadastramento de projetos a serem beneficiados com recursos da execução de penas e medidas alternativas na modalidade Prestação Pecuniária (PP) em 2016. Os projetos foram apresentados até 11 de março, para credenciar-se a um montante de R\$ 496.729,85 disponíveis.

A seleção foi aberta a entidades e instituições públicas ou privadas com finalidade social ou ambiental, com sede e atuação na Região Metropolitana de Belém, devidamente credenciadas na VEPMA.

Os critérios são relevante e significativa extensão social ou estar relacionados a atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde, desde que atendam às áreas vitais de relevante cunho social e ambiental.

Instituições ou projetos beneficiados devem aplicar os valores ainda este ano, com prestação de contas à VEPMA e orçamento de, no máximo, R\$ 50 mil.

Em 2015, se inscreveram 13 projetos, mas apenas seis foram habilitados. Dos seis habilitados, três projetos são da APAE Ananindeua (Aparelhamento do Centro de Atendimento Multidisciplinar de Saúde, com orçamento de R\$ 8.210,00; Elevador Adaptado de Acesso ao Cidadão: Garantia de Acessibilidade à Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla, com orçamento de R\$ 60.000); e Sala de Leitura e Vídeo: Da Emoção de Ler à Descoberta do Prazer Conquistado pelo Olhar, com orçamento de R\$ 11.189,00).

Os outros três são da Coordenadoria de Prevenção, Tratamento e Redução de Danos do Consumo de Drogas, da Secretaria de Estado de Justiça



Mudança - Servidores se preparam para adotar secretaria única nas varas de Fazenda

e Direitos Humanos (Programa de Educação e Reflexo sobre o Uso Abusivo de Drogas, com orçamento de R\$ 4.896,00); da Biblioteca Pública Avertano Rocha, da Prefeitura de Belém (Modernização das Bibliotecas, com orçamento de R\$ 12.800,00); e da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Júlia Seffer (Adequação e Climatização nas Salas de Aula, com valor de R\$ 49.998,87).

BOAS PRÁTICAS

Este ano, o Conselho Nacional de Justiça selecionou dois projetos do Judiciário paraense dentre as 14 boas práticas adotadas pelos tribunais brasileiros na aplicação de recursos de penas e medidas alternativas. Foram apresentados dois projetos ao I Fórum Nacional de Alternativas Penais (FONAPE), promovido pelo CNJ

em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão, em São Luís, em agosto do mesmo ano.

Os projetos selecionados foram “Aumentando a quantidade de materiais utilizados na sala de Brinquedoteca da Unidade APAE de Ananindeua”, que recebeu recurso de R\$ 54.647,00; e “Construindo vínculos familiares, afetivos e sociais”, da Creche Lar Cordeirinhos de Deus, que recebeu um valor total de R\$ 52.671,20.

No projeto da APAE Ananindeua, houve a ampliação das possibilidades de atendimento a 250 usuários com deficiência intelectual, múltipla e autismo, na faixa etária de 0 a 50 anos. Já no projeto da creche, os recursos possibilitaram o aprimoramento dos serviços designados de alta complexidade na forma de abrigo, para crianças de 7 a 12 anos, do sexo feminino, vítimas de abuso e exploração sexual e abandono familiar, encaminhadas para o local pelos conselhos tutelares e Juizado da Infância e Juventude.

Pleno aprova varas em Benevides e Canaã

As Comarcas de Benevides e Canaã dos Carajás terão novas varas judiciais, conforme minutas de resolução que ampliam unidades de julgamento e redefinem competências das já existentes, aprovadas pelo Pleno do TJPA. Serão instaladas a 3ª Vara Cível e Empresarial de Benevides, e a Vara Criminal de Canaã dos Carajás.

Foi aprovada também a criação da Subdireção de Fórum da Vara Distrital de Monte Dourado, na jurisdição da Comarca de Almeirim, para assegurar maior autonomia administrativa à unidade.

ÉRIKA NUNES

Varas de Fazenda Pública terão uma única secretaria

Centralizar as atividades das quatro Secretarias da Fazenda Pública do Estado é o objetivo da Secretaria Única, cujo modelo é o “Cartório do Futuro” do Tribunal de Justiça de São Paulo, pioneiro nesse método de trabalho.

O êxito da iniciativa no TJSP se configura na melhora da distribuição dos recursos humanos e do espaço físico, da produtividade, da padronização, na especialização de rotinas e na unificação de prazos.

O modelo de Secretaria Única prevê uma diretoria geral, que coordena três seções: Atendimento ao Público, Movimentação (controle de prazos) e cumprimento das decisões. Cada seção tem um gestor.

A primeira etapa do projeto é a organização do espaço físico da Secretaria, cuja expectativa de funcionamen-

to é o primeiro semestre deste ano.

A Secretaria Única atuará também com a 5ª Vara da Fazenda de Tutelas Coletivas, criada para julgar ações de tutela coletiva que tramitam nas quatro Varas de Fazenda. Trata-se de processos complexos que envolvem meio ambiente, improbidade administrativa e saúde e tramitam de forma diferente dos individuais, pois envolvem outros órgãos e audiências públicas com diferentes formas de execução.

A padronização das atividades processuais das quatro Secretarias da Fazenda sintetizou as dezenas de tramitações adotadas anteriormente a três procedimentos: controle de prazos, cumprimento e publicação. Cada grupo está identificado por uma cor para facilitar o controle, e a disposição dos processos também foi modificada.

PAZOS

A metodologia do Cartório do Futuro possibilita que as revisões dos prazos processuais sejam feitas diariamente, de acordo com a identificação feitas por cores, amarela para os prazos que vencem a cada dia do mês; cinza para o cumprimento mensal das decisões e vermelhas, distribuídos por dia do mês, para juntadas e publicações. A simplificação organizacional permite que qualquer pessoa entenda a tramitação processual, cuja base são os prazos.

A Secretaria Única não será vinculada a nenhum gabinete, mas terá um juiz que coordenará os trabalhos. As Varas da Fazenda continuarão cada uma com os seus respectivos magistrados e a distribuição continuará da mesma forma.

Gabinete Virtual prepara julgamento de três mil processos

O projeto Gabinete Virtual, da Coordenadoria dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Pará, preparou para julgamento em abril cerca de três mil processos que tramitam virtualmente no sistema Projudi, na 2ª Vara do Juizado Cível de Ananindeua, nas 1ª e 2ª varas Cíveis do Juizado Especial de Marabá, e no Juizado Especial Cível de Breves.

Três juízes foram designados para apreciar os processos, com apoio dos servidores para que as demandas em análise sejam sentenciadas.

O objetivo do projeto é apoiar atividades nas varas que não contam com juízes titulares, visando à eficiência, celeridade e ao cumprimento da meta 2 do Conselho Nacional de Justiça.

O projeto integra o programa Justiça em Movimento e tem entre suas finalidades o apoio às atividades jurisdicionais nas unidades de Juizados da capital e do interior, garantindo o acesso à Justiça de forma rápida e eficiente a toda a população.

RICARDO LIMA

Apoio - Objetivo do projeto é ajudar as varas que não dispõem de juízes titulares



Belém, janeiro a março de 2016

CNJ selecionou dois projetos do Judiciário paraense dentre 14 boas práticas do Judiciário.

IMPROBIDADE E AÇÕES COLETIVAS

Grupos de trabalho reforçam ações contra corrupção

Eles auxiliam magistrados a julgar ações referentes às metas 4 e 6 do CNJ



As atividades dos três grupos de trabalho que atuam no apoio a magistrados na apreciação e julgamento de processos relativos à corrupção, à improbidade administrativa e às ações coletivas foram asseguradas por meio de portaria do presidente do Tribunal de Justiça do Pará, desembargador Constantino Augusto Guerreiro, publicada na edição de 22 janeiro, do Diário da Justiça Eletrônico. O objetivo dos grupos é assegurar o cumprimento das metas 4 e 6 do Conselho Nacional de Justiça.

Os grupos de trabalho formados por magistrados e servidores atuam nas regiões de Marabá, Santarém e Belém, como força tarefa para auxiliar o impulso aos processos relacionados a essas metas em todas as comarcas do Pará.

O objetivo é acelerar a tramitação desses processos, cujos procedimentos são complexos porque envolvem volume processual, quantidade de requeridos e testemunhas difíceis de localizar, a necessidade de perícias, dentre outras exigências.

A meta 4 do CNJ determina prioridade nos julgamentos dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa, à identificação e julgamento, até 31/12/2016, de 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2013.

A meta 6 prevê prioridade de julgamento às ações coletivas e determina a identificação e julgamento, até 31/12/2016, de 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013 no 1º grau, e 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014 no 2º grau.

AIRTON NASCIMENTO



FORÇA TAREFA

Força tarefa também foi instituída em todas as Varas e Comarcas do Judiciário do Pará para impulsionar os processos de corrupção, improbidade administrativa e ações coletivas, assegurando prioridade ao julgamento das ações referentes às Metas 4 e 6/2016 do CNJ.

A força tarefa atuará entre 4 e 8 de

abril, coordenada pelo Desembargador Ronaldo Valle. O trabalho será realizado pelo magistrado de cada Vara ou Comarca, com o auxílio de dois servidores efetivos. A missão é prolatar despacho, decisão interlocutória ou a sentença, com a respectiva expedição dos documentos necessários ao cumprimento da decisão.

As informações serão disponibilizadas no Sistema de Acompanha-

mento Processual Libra e comunicadas ao coordenador, mediante o preenchimento de uma planilha, até às 18h de cada dia.

Em 2015, um total de 845 ações envolvendo demandas relativas à improbidade administrativa e a ações coletivas foram impulsionadas pelo Judiciário estadual em mutirão que abrangeu todas as comarcas do Pará, no período de 16 a 20 de novembro.

PATRULHA MARIA DA PENHA

Aplicativo de celular reforça a rede de proteção às mulheres

“SOS Mulher” permite que mulheres sob medidas protetivas possam acionar socorro

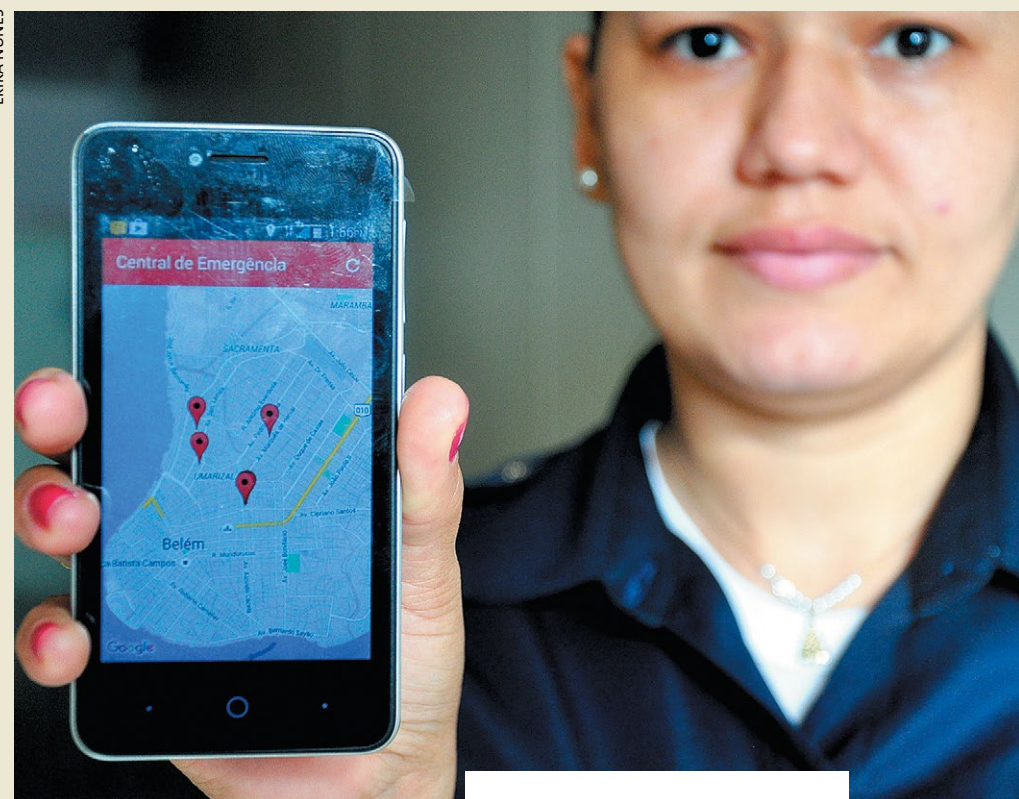
Mulheres vítimas de violência e que estão sob medida protetiva dispõem de mais uma ferramenta de segurança: o “SOS Mulher”, aplicativo de celular que reforça o trabalho da patrulha Maria da Penha e fortalece a rede de proteção.

Instalado em um smartphone, o aplicativo é acionado por meio de três toques no aparelho e envia notificações à Central da Guarda Municipal e aos juízes das Varas. Criado pela Prodepa e pela Cimbesa, o sistema localiza a vítima via GPS e aciona a patrulha mais próxima para prestar socorro, com deslocamento rápido de uma viatura ou moto. Serão 16 motos e 17 viaturas para atendimento.

O botão de volume na lateral do aparelho também aciona o sistema, atualizando a localização da vítima, via GPS, de um em um minuto. A Prefeitura de Belém entregará ao TJPA 30 smartphones com aplicativos e a previsão é adquirir mais 100 aparelhos em novas licitações.

Em 2014 o Centro de Atendimento Integrado à Mulher vítimas de violência fez 2.532 mil atendimentos. Em 2015, foram 3.427. Em janeiro e fevereiro deste ano, foram 371 atendimentos.

A central do SOS Mulher funcionará no Sistema Integrado de Monitoramento da Guarda Municipal de Belém. Os equipamentos da central



ÉRIKA NUNES

Aplicativo - “SOS Mulher” instalado em smartphone garante socorro imediato em casos de emergência

já começaram a ser ajustados para a conexão com o aplicativo.

A estrutura está conectada com o Serviço Móvel de Urgência e Emergência (Samu-192) para que, em caso de urgência, sejam fornecidas todas as informações da vítima, inclusive do tipo sanguíneo. Há quinze guardas, com cinco telas, 16 motos e

17 veículos para o atendimento.

A partir do momento em que a vítima acionar a Central, o Monitoramento permanecerá ativo por 30 minutos.

Em 2015, 845 ações de improbidade e coletivas foram aceleradas pelo Judiciário.

TJPA promove semana de combate à violência contra a mulher

A quarta etapa da campanha nacional “Paz, nossa justa causa”, de combate à violência contra as mulheres, foi realizada de 4 a 16 de março, sob a responsabilidade da Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA).

Entre os dias 7 e 11 de março, força-

tafeza nas Comarcas de todo o Estado acelerou a tramitação de processos envolvendo violência contra a mulher. Uma ação de cidadania, no dia 12 de março, em Icoaraci, fez atendimento jurídico, orientação sobre os direitos da mulher e emissão de documentos.

Foram 103 emissões de carteiras de identidade, 16 de certidões de nas-

cimento, 30 atendimentos jurídicos, incluindo retificações de documentos e reconhecimento voluntário de paternidade. Houve ainda cinco atendimentos de orientação jurídica e um multidisciplinar. A ação ocorreu na escola São João Batista, ao lado da Igreja Matriz de Icoaraci. Emissão e retificação de documentos foram os serviços

mais procurados.

A campanha nacional, promovida pelo Supremo Tribunal Federal, foi lançada em 2015 e encampada pelo TJPA. A primeira fase ocorreu em março de 2015, por ocasião da Semana da Mulher, com 316 audiências e 5 Tribunais do Júri. Na segunda fase, em agosto passado, durante a comemoração dos



ÉRIKA NUNES

nove anos de vigência da Lei Maria da Penha, foram 913 audiências e dois Tribunais do Júri envolvendo crimes contra a mulher; e na terceira etapa, de 30 de novembro a 5 de dezembro de 2015, foram 491 audiências e 4 tribunais do júri. Uma ação cidadã no bairro do Tenoné, em Belém, encerrou essa etapa.

RICARDO LIMA



Pro Paz - Mulheres vítimas de violência dispõem de assistência integrada

Mutirão - Ação social garantiu documentação e atendimento de saúde a mulheres da Terra Firme

Centro Integrado do Pro Paz Mulher conta com juiz, promotor e delegado

Rede de proteção garante atendimento integrado

A rede de proteção às mulheres vítimas de violência conta com o Centro Integrado do Pro Paz Mulher, na Travessa Mauriti, em Belém, onde atuam em conjunto juiz, promotor, defensor, delegado e toda a equipe multidisciplinar. No local, é emitida de imediato pelo magistrado a medida protetiva que a vítima de violência necessita, além de assegurar acompanhamento para que ela possa superar o ciclo de violência.

UNIFICAÇÃO

Equipes multidisciplinares que atuam nas Varas de Violên-

cia Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Belém e nas demandas da Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar foram unificadas em uma central que atuará de forma conjunta no Fórum Criminal da capital, na Cidade Velha.

Composta por dez profissionais, entre psicólogos, pedagogos e assistentes sociais, a Central das Equipes Multidisciplinares vai melhorar a eficiência do serviço integrado às mulheres vítimas de agravos, mas que também atende a filhos, maridos e outros familiares, sempre que essa atuação é requisitada pelos magistrados.



RICARDO LIMA

NO MANGUEIRÃO

Projeto garante pacificação a eventos esportivos

Esporte com Justiça integra o programa Justiça em Movimento da Coordenadoria de Juizados Especiais

Coordenadoria dos Juizados Especiais abriu em 31 de janeiro, domingo, as atividades do projeto Esporte com Justiça em 2016. Uma equipe formada por juiz e servidores do Judiciário foi ao Estádio Olímpico Edgar Proença, o Mangueirão, a partir das 15h, para o

jogo de abertura do Campeonato Paraense, entre Clube do Remo e Águia de Marabá. O trabalho foi feito em uma unidade móvel do Judiciário, com a participação de representantes da Defensoria e do Ministério Público, parceiros do Judiciário no projeto.

O Esporte com Justiça integra o programa Justiça em Movimento, cujo objetivo é assegurar pacificação em eventos esportivos de grande concentração popular, com atendimento imediato da prestação jurisdicional e punição a crimes praticados dentro ou nos arredores do estádio.

A Polícia Civil envia os procedimentos ao Judiciário, que fundamentado na Lei 9099/95 oferece a transação penal ao réu, consubstanciada em medidas alternativas. Entre os crimes mais comuns estão a venda de ingressos acima da tabela e o vandalismo. A penalidade mais aplicada é a proibição



FOTOS: DIVULGAÇÃO

Comissariado da Infância fiscaliza desfiles carnavalescos em Belém

Fiscalização do Comissariado da 1ª Vara de Infância e Juventude de Belém abordou 305 crianças e 244 adolescentes, entre 29 e 31 de janeiro, durante os desfiles carnavalescos na Aldeia Amazônica David Miguel, na Pedreira. Entre as crianças, 81 estavam sem os pais; 22 adolescentes estavam com adultos, sem autorização, e 53 estavam sozinhos.

A fiscalização foi feita para prevenir a violação dos direitos de crianças e adolescentes, que têm direito de acesso à cultura, lazer, diversões e espetáculos, desde que sua condição de pessoa em desenvolvimento seja respeitada. É proibido para eles o uso de fantasias indecorosas ou sumárias. Eles também não podem trabalhar no evento e nem ser colocados em situação de vulnerabilidade, que envolvam

consumo de bebidas alcoólicas e ameaças à integridade física.

Atuaram durante os desfiles 66 agentes de proteção do Comissariado, coordenados por três comissários de justiça efetivos, que orientaram pais, responsáveis e adultos. A portaria da Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém, que regulamenta a participação de crianças e adolescentes em espetáculos públicos e em seus ensaios, incluídos o carnaval tradicional e o fora de época e apresentação de grupos folclóricos, determina a obrigatoriedade do acompanhamento de pais ou responsáveis legais ou de pessoa maior de idade autorizada por estes, todos devidamente documentados.

DIVULGAÇÃO

Pacificação - Magistrados e servidores do Judiciário asseguram tranquilidade em eventos esportivos na capital

de frequentar estádios de futebol no Pará por um determinado período de tempo.

O projeto se faz presente em todos os eventos esportivos realizados no Estádio Olímpico com público estimado superior a 10 mil pessoas.

Crianças e adolescentes têm direito à cultura, lazer, diversões e espetáculos

Carnaval - Crianças e jovens podem se divertir, mas sob supervisão rigorosa de pais ou responsáveis



Belém, janeiro a março de 2016

Projeto Minha Escola, Meu Refúgio vai à comunidade de Santana do Aurá

O projeto Minha Escola Meu Refúgio, que alerta pais e educadores sobre mudanças de comportamento que evidenciam violência física, psicológica e sexual contra crianças e jovens, esteve na Unidade Pedagógica Santana do Aurá, em Ananindeua, para conversar com a comunidade escolar sobre direitos de crianças e adolescentes, a rede de proteção disponível para denúncias e os sinais que podem indicar que uma criança ou um jovem podem estar sendo vítimas de algum tipo de abuso.

O projeto é da Vara de Crimes con-

tra Crianças e Adolescentes de Belém, a única do Estado especializada nessa matéria. Durante a visita, o magistrado e a equipe multidisciplinar da Vara conversam com educadores e familiares sobre casos recorrentes na Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes, fundamentados na literatura especializada sobre o tema para orientá-los sobre como identificar os sinais de violência, os cuidados na abordagem e como denunciá-los.

O projeto foi criado para se contrapor ao grande o número de processos

relacionados a crimes contra crianças e jovens, sobretudo os relacionados à violência e abusos sexuais no âmbito intrafamiliar, cometidos por parentes, amigos, vizinhos ou pessoas próximas. A estimativa é de que apenas 10% desses casos se transformem em processos judiciais, pois a violência inclui ameaças à vida da criança ou de algum familiar, caso o crime seja denunciado.

O objetivo é envolver a comunidade escolar na identificação dos sinais de violência para dar mais eficiência ao combate às graves consequências

decorrentes da agressão, que incluem desde a reprodução do comportamento pela vítima, no futuro, até a drástica mudança de comportamento.

Os sintomas mais frequentes apresentados por crianças e jovens vítimas de agressão são irritabilidade, insônia, falta de apetite, baixo rendimento escolar, ideação suicida, rebeldia, oscilação de humor, enurese e encoprese (descontrole das funções fisiológicas), entre outros, todos extremamente nocivos e prejudiciais ao bom e sadio desenvolvimento da criança e do adolescente.

ÉRIKA NUNES



Conscientização

- Pais aprendem a reconhecer evidências de abuso infantil



ÉRIKA NUNES

Oportunidade - Jovens que cumprem medidas socioeducativas farão curso de operador de computador

QUALIFICAÇÃO

Parceria viabiliza formação profissional

TJPA, Senai e Prefeitura oferecem curso de operador de computador a 48 jovens



Em 26 de abril a 12 de julho, 48 jovens que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto farão curso de operador de computador oferecido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). A parceria envolve o Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), por meio da Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional (Cejai), ligada à Corregedoria da Região Metropolitana, e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social Ilka Brandão, da Fundação Papa João XXIII (Funpapa), Prefeitura de Belém.

O curso é para maiores de 16 anos. A carga horária é de 160 horas, de manhã e à tarde, na Aldeia Amazônica, Pedreira. As duas turmas de 24 alunos cada terão 48 dias úteis de aulas, em uma das 21 unidades móveis que o Senai utiliza no Pará para qualificar

mão de obra. Há cursos nas áreas de confecção, panificação, soldagem, eletroeletrônica, informática, automação industrial, mecânica de motos e construção civil.

Os jovens fizeram uma prova objetiva com cinco questões de português e cinco de matemática, na Casa do Professor, da Secretaria Municipal de Educação (Semec), em Nazaré. As unidades do Senai viajam pelo Pará com estrutura e equipamentos modernos, ministrando cursos profissionalizantes nas regiões onde não há escolas técnicas e mão de obra qualificada.

Foram selecionados 60 adolescentes, 12 dos quais ocuparão cadastro de reserva. A qualificação abre aos jovens que cumprem medidas socioeducativas perspectivas de primeiro emprego na área de informática, na indústria e no comércio. O curso envolve do básico

ao avançado em informática, operação na rede, internet, dentre outros temas.

O objetivo é formar para o mercado de trabalho adolescentes que estão deixando espaços de acolhimento ou que cumprem medidas socioeducativas. A parceria entre instituições para garantir formação profissional de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas é fundamental à superação da situação que eles enfrentam e abre perspectivas a partir da qualificação para o mercado de trabalho.

O Creas Ilka Brandão acompanha 80 famílias e 50 adolescentes a partir de 16 anos e a profissionalização é um dos itens essenciais ao cumprimento das medidas socioeducativas, além do acompanhamento técnico psicossocial, educação, saúde, fortalecimento dos vínculos familiares, espiritual, entre outras medidas.

Abusos incluem ameaças à vida da criança ou de algum familiar, caso o crime seja denunciado.



Tecnologia - TJPA tem até 2017 para implantar o Processo Judicial Eletrônico



Precatórios - Encontro nacional de gestores em Belém discute a mudança da legislação que rege pagamentos

ÉRIKA NUNES

VARAS CÍVEIS

Treinamento precederá a implantação do PJe

Em junho se inicia o cronograma de formação em cinco varas na Região Metropolitana de Belém



A partir de junho deste ano, as Varas Cíveis do Poder Judiciário do Pará receberão treinamento para a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe). O cronograma começa no dia 6 de junho e tem previsão de término em 13 de dezembro de 2017, para todas as unidades cíveis do Estado.

As 1ª e 2ª Varas Cível e Empresarial de Benevides, a Vara Cível de Santa Isabel, a Vara Cível, Empresarial e Criminal de Santa Isabel e a Vara Cível Distrital de Mosqueiro iniciarão o cronograma de treinamento em 6 de junho e a implantação do PJe será entre 9

e 15 de junho. As demais Varas seguirão a agenda prevista pelo Grupo Gestor do PJe. O treinamento envolverá magistrados e servidores de cada unidade.

O PJe está implantado desde o final de fevereiro em 22 Juizados Especiais e Turmas Recursais na Comarca da capital. A previsão é concluir até o final de abril a implantação nos 32 Juizados Especiais nas Comarcas do Interior.

Desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com os Tribunais e a participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o PJe é um sistema que converge os esforços dos tribunais brasileiros a uma

solução única, gratuita para os próprios tribunais e atenta a requisitos de segurança e de interoperabilidade, racionalizando gastos com elaboração e aquisição de softwares e permitindo o emprego desses valores financeiros e de pessoal em atividades fins do Judiciário: resolver os conflitos.

NUMERAÇÃO

O objetivo é manter um sistema de processo judicial eletrônico capaz de permitir atos processuais e o acompanhamento desses processos, independentemente da esfera de tramitação

- Justiça Federal, Estadual, Militar dos Estados e do Trabalho.

Numeração única facilitará o acompanhamento no PJe, conforme já previa a Resolução nº. 65, do CNJ. O PJe exige certificação digital de advogados, magistrados ou diretores de secretaria que precisarem atuar nos novos processos.

Para atender de forma plena o PJe, o TJPA investiu em tecnologia da informação para assegurar o pleno desempenho do sistema. O projeto de fibra ótica na Comarca da Capital integrou 34 imóveis. Já está construída a rede entre Benevides e Castanhal, ainda não operacional por causa de

Gestores do Judiciário discutem precatórios

Gestão de precatórios, padronização de procedimentos e legislação são alguns dos assuntos que pautaram a Assembleia Geral da Câmara Nacional de Gestores dos Tribunais de Justiça, que reuniu em Belém representantes de 22 tribunais brasileiros para debater “A Gestão de Precatórios e a efetiva destinação dos recursos obtidos com a LC 151/15” e “A Função do Magistrado Gestor de Precatórios nos Tribunais, sua posição institucional no Poder Judiciário”.

O objetivo foi padronizar procedimentos, uma vez que o tema será apreciado de uma única forma no Supremo Tribu-

nal Federal (STF).

Antes, os Estados e municípios tinham até 15 anos para liquidar essas dívidas, mas isso mudou depois que o STF declarou a inconstitucionalidade dessa regra e antecipou o prazo para cinco anos. Isso obrigou os tribunais a readaptar-se, juntamente com as administrações estaduais e municipais.

A crise econômica agrava a situação, pois a queda na produção atinge a arrecadação de tributos e tanto Estados como municípios ficam sem dinheiro para pagar as dívidas, entre as quais os precatórios.

Sistema melhora o gerenciamento de recursos

Um módulo construído pela Secretaria de Informática, no Sistema Libra, melhorou o gerenciamento dos processos decididos nas sistemáticas da repercussão geral e do recurso repetitivo.

A construção desse ambiente no Sistema Libra atende à exigência da Meta 7 do Conselho Nacional de Justiça e do macrodesafio do Judiciário paraense, de implantação do sistema de gerenciamento de demandas repetitivas, de responsabilidade da Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais.

A ferramenta permite que, no momento do ajuizamento da ação se conheça temas, da repercussão geral e do recurso repetitivo, aplicáveis ao assunto (ou assuntos) cadastrados para aquela ação.

Os temas são sugestivos e conhecidos por meio de “banners” nas principais telas de movimentação do Libra, tais como cadastro de documento, tramitações internas, tramitações externas, baixa de tramitação. O módulo permite, também, a emissão de relatórios estatísticos.

Santarém já tem Processo Judicial Eletrônico

O Processo Judicial Eletrônico (PJe) foi implantado na Comarca de Santarém em 12 de abril, pelo coordenador do Grupo Gestor de Implantação do PJe no âmbito do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), o Desembargador Ricardo Ferreira Nunes. O novo sistema funciona em duas varas de juizados especiais – o de relações de consumo e o de causas cíveis – e no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus).

A implantação do PJe na Comarca de Santarém estava prevista inicialmente para fevereiro, mas foi adiada a pedido da direção

da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará (OAB-PA) local, que solicitou ao presidente do TJPA, desembargador Constantino Guerreiro, mais tempo para assegurar suporte técnico aos advogados da região.

A implantação do PJe em Santarém foi precedida por treinamento para advogados multiplicadores da OAB e servidores dos juizados e do Cejus. Três servidores da Secretaria de Informática, um em cada unidade onde o PJe foi implantado, garantiram suporte para esclarecer dúvidas em relação à operacionalidade do novo sistema.



RICARDO LIMA

um trecho não concluído entre Benevides e Ananindeua. Serão integradas as Comarcas de Santarém, Marabá e Itaituba aos anéis de fibra ótica locais. Além da fibra ótica, as Comarcas do Interior são atendidas por conexão via satélite e links de par metálico.

O PJe foi lançado oficialmente em 21 de junho de 2011, pelo então presidente do CNJ, ministro Cezar Peluso, elaborado a partir de uma fábrica de software, na qual os servidores da área de informática dos Tribunais do País, inclusive do TJPA, compuseram a equipe de elaboração.

Além do acervo de processos físicos, a Poder Judiciário do Pará utiliza, atualmente, o Projudi e o Libra. O primeiro é um sistema elaborado pelo CNJ em 2006, que dispõe de cerca de 15 mil processos. O segundo - Libra - foi desenvolvido e implantado em 8 dezembro de 2008 pela equipe do TJPA, possibilitando o acompanhamento processual de um acervo de quase 750 mil processos. O PJe já conta com acervo de aproximadamente 9 mil processos eletrônicos.

O PJe já conta com um acervo próximo a nove mil processos eletrônicos em tramitação.

DOCUMENTOS

Acervo do TJPA mantém viva parte da história da região

UFPA promove exposição para celebrar nove anos do Centro de Memória da Amazônia



Universidade Federal do Pará (UFPA) celebrou os nove anos do Centro de Memória da Amazônia, criado a partir de um convênio com o Tribunal de Justiça do Pará para o repasse de todo o acervo processual do Judiciário paraense anterior à década de 70, com exposição aberta ao público até o final de março, onde revelou parte dessa história.

O Centro de Memória ocupa o prédio onde antes funcionava a gráfica da UFPA, no Reduto, e guarda no acervo documentos célebres, como o processo relacionado ao assassinato

de Severa Romana, em 2 de julho de 1900, cujo culto como “santa popular” se mantém vigoroso em Belém mais de cem anos após o fato que causou comoção e a guindou à condição de mártir por resistir ao assédio do homem que a assassinou.

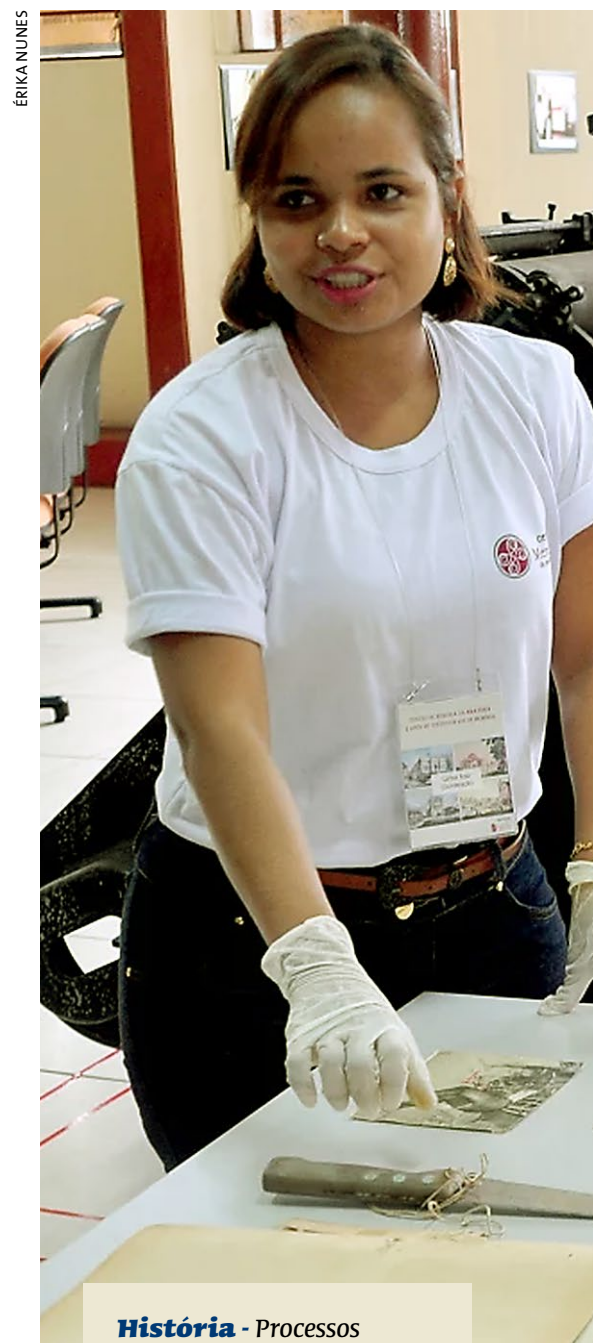
Há também o inventário do intendente Antônio Lemos, que governou Belém durante 14 anos, a partir de 1897, e foi o responsável pelo período de desenvolvimento durante o qual a capital

Memória - Em estantes deslizantes, processos guardam parte da história da região amazônica

do Pará foi reconhecida como a Paris N'América, com seus bulevares, bairros planejados, energia elétrica e um rigoroso código de costumes e posturas, até ser apeado do poder à força, agredido fisicamente nas ruas, a casa saqueada e o exílio no Rio de Janeiro.

Há também processos envolvendo curandeirismo, liberdade de escravos, sedução e até capoeiragem; três mapas, um sobre o Engenho do Murutucu, no Curió-Utinga, área de importantes pesquisas arqueológicas, pois integra o legado de Antônio José Landi e foi ponto de concentração dos cabanos nas suas investidas contra Belém.

ÉRIKA NUNES



História - Processos célebres, como o do assassinato de Severa Romana, compõem o acervo do Centro de Memória da Amazônia



Belém, janeiro a março de 2016

Centro de Memória da Amazônia guarda o acervo do Judiciário anterior à década de 70



Bruno - Professora Lenora Brito, filha do poeta, durante o sarau

Chá literário homenageia obra de Bruno de Menezes

A obra literária do poeta paraense Bruno de Menezes foi tema do primeiro Chá Literário do ano, promovido pelo Departamento de Documentação e Informação do TJPA.

Vida e obra do autor foram apresentadas pelo jornalista e professor da Faculdade Integrada Brasil Amazônia (Fibra), Marcos Valério Lima Reis, cuja dissertação de mestrado, de 2012, trata sobre a obra do poeta. O pesquisador frisou que a obra de Bruno de Menezes reflete as vivências, os personagens e o cotidiano do povo, em especial, da população negra.

Na ocasião, os presentes tiveram a oportunidade de ouvir alguns versos do poema “Mãe Preta”, escrito em homenagem à própria mãe. Os versos foram declamados por uma das filhas do poeta, irmã Marília Menezes.

As homenagens incluíram o “Grupo Carimbó de Icoaraci”, que fez intervenções musicais baseadas na mais célebre obra do poeta, “Batuque”, considerado o introdutor do modernismo na Amazônia.

Filha do poeta, a professora Lenora Brito aprovou a iniciativa. “Eu achei ótimo. É essencial para que o movimento literário vinculado ao Pará continue a ser divulgado num centro de tanta cultura”, afirmou.

Programa garante qualidade de vida de servidores e magistrados

Uma caminhada no Parque da Cidade, em Santarém, no dia 16 de janeiro, retornou as atividades do Programa Justa Medida (PJM), voltado à melhoria da qualidade de vida de magistrados e servidores da Comarca do município. O programa foi implantado em 2015 e consiste em ati-

vidades físicas e palestras sobre saúde.

Todos os sábados pela manhã, desde novembro do ano passado, um grupo de servidores participa de caminhadas no Parque, o maior espaço arborizado de Santarém para exercícios. A meta é ampliar o grupo de pessoas, que envolve 30 participantes.

O PJM se alinha a recente Política de Atenção Integral à Saúde dos Magistrados e Servidores, instituída pela Resolução nº 207 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que objetiva o bem-estar dos magistrados e servidores através da prática regular de atividades físicas.

